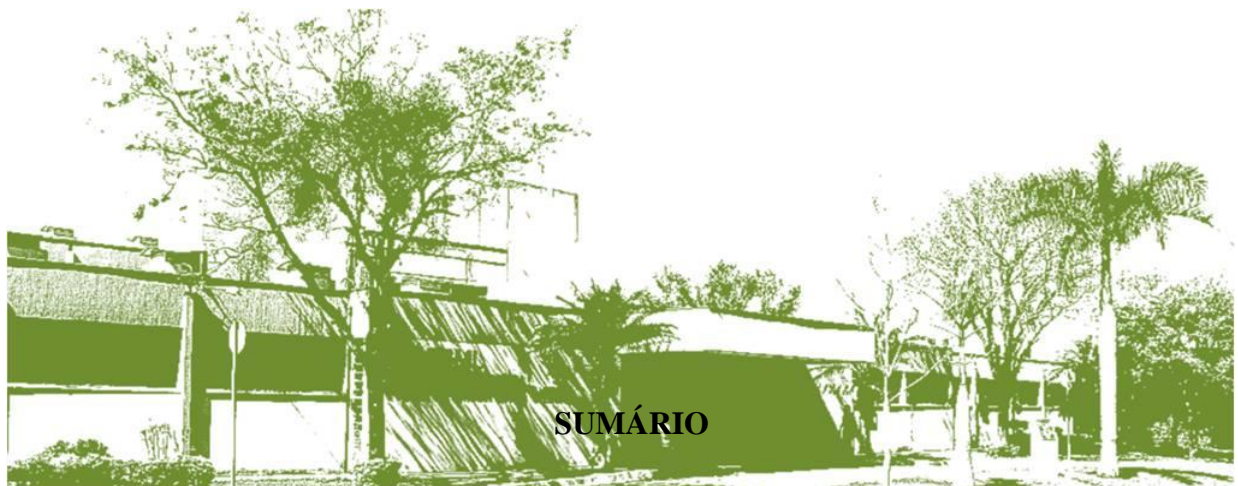




POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017



SUMÁRIO



I. INTRODUÇÃO	3
II. OBJETIVOS	3
III. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE GESTORA	4
3.1 Conselho Administrativo	5
3.2 Superintendência.....	5
3.3 Comitê de Investimentos	5
3.4 Diretoria Administrativo-Financeira.....	6
IV. CENÁRIO MACROECONÔMICO	6
4.1 Economia internacional	6
4.2 Economia nacional.....	9
V. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	11
5.1 Princípios	11
5.2 Ativos Autorizados	12
VI. METODOLOGIA DE GESTÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS	13
6.1 Diretrizes para gestão dos segmentos	13
6.2 Modelo de gestão	13
VII. PUBLICIDADE	14
VIII. DISPOSIÇÕES FINAIS	14



I. INTRODUÇÃO

Visando atender à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial à Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.392, de 19 de dezembro de 2014, a Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina, por meio da Superintendência, apresenta a Política de Investimentos dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Londrina, para o exercício financeiro de 2017, elaborada pelo Comitê de Investimentos, designado pela Portaria de nº 02, de 09 de janeiro de 2017.

Trata-se de um instrumento formal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisões relativas aos investimentos do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, utilizada para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e, conseqüentemente, o pagamento dos benefícios devidos aos segurados.

A definição da Política de Investimentos visa a buscar uma gestão eficiente e eficaz para o Fundo de Previdência, através de aplicações no mercado financeiro que apresentem as melhores condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Por meio dessa política, pretende-se, ainda, alcançar índices de rentabilidade compatíveis com os previstos no cálculo que define a meta atuarial para o exercício, qual seja Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) + 6% a.a.

II. OBJETIVOS

A política de investimentos tem como objetivo fornecer as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos em um horizonte de curto, médio e longo prazo, sendo um documento de vital importância para o planejamento e gerenciamento dos ativos financeiros que compõem o Fundo de Previdência do Município de Londrina.

Neste sentido, a Política de Investimentos exerce um papel importante dentro do sistema de controle, organização e manutenção dos recursos do Regime Próprio de

Previdência Social, tendo em vista que permite a melhor condução e administração dos ativos financeiros e facilita a comunicação entre o Regime Próprio e os órgãos reguladores do Sistema Financeiro. Além disso, se espera que esta seja capaz de adequar os investimentos dos Fundos Previdenciários às mudanças advindas do mercado financeiro.

Por outro lado, a política de investimentos proporciona ao Conselho Administrativo, à Superintendência e ao Comitê de Investimentos, órgãos envolvidos na gestão dos recursos, a busca de uma melhor definição das diretrizes básicas e dos limites de risco a que serão expostos os conjuntos de investimentos do Fundo de Previdência Social do Município de Londrina.

Esse documento trata:

- a) da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores;
- b) da adequação das aplicações aos ditames legais, e;
- c) da estratégia de alocação de recursos para o período de 01/01/2017 a 31/12/2017.

A proposta desta política de investimentos visa a preservação do capital do RPPS investido, preferencialmente, com baixos níveis de risco, buscando taxas de retorno de maneira a cumprir as metas atuariais estabelecidas, adequando-se aos limites legais e operacionais, com liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos focada no curto, médio e longo prazo, de acordo com as características do fundo.

III. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE GESTORA

A CAAPSML, em atendimento à legislação que dispõe sobre os RPPS, possui uma estrutura organizacional composta pelos seguintes órgãos de tomada de decisões de investimentos:

- Conselho Administrativo;
- Superintendência;
- Comitê de Investimentos;
- Diretoria Administrativo-Financeira.



3.1 Conselho Administrativo

É responsável pela aprovação da Política de Investimentos do Fundo de Previdência e das revisões que poderão acontecer no decorrer do exercício de 2017.

3.2 Superintendência

Representada pelo Superintendente, possui funções referentes à coordenação, liderança e articulação das atribuições inerentes ao controle do patrimônio e dos investimentos do RPPS. Além de ser o responsável pelas autorizações legais, cabe à Superintendência tomar as decisões de implementação e de ajustes estabelecidas na Política de Investimentos, traçadas pelo Conselho Administrativo para o exercício 2017.

3.3 Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos obedece ao disposto no artigo 3º-A da Portaria nº 519/2011 do Ministério da Previdência Social, com a redação dada pelo artigo 1º da Portaria nº 440/2013-MPS. É formado por servidores, com sua maioria possuindo certificação Anbima, CPA-10, tem como principal função analisar e decidir a aplicação recursos ou a mudança de produtos, sempre de acordo com a política de investimentos.

Nos termos do que dispõem as Portarias nº 151/2013, 25/2015, 194/2016 e 02/2017, as deliberações do Comitê de Investimentos, inclusive em relação às mudanças de posição das aplicações financeiras ou novos investimentos, ocorrem mediante aprovação de maioria simples dos membros do Comitê, cabendo ao Presidente o desempate, quando ocorrer. Cabe também ao presidente do Comitê o acompanhamento da política de investimento, observação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.922/2010 e nº 4.392/2014, ambas do CMN, bem como a convocação do comitê para as deliberações ordinárias e extraordinárias.



3.4 Diretoria Administrativo-Financeira

À Diretoria Administrativo-Financeira cabe fazer o acompanhamento e o controle da movimentação financeira dos recursos Previdenciários da CAAPSML, definida pelo Comitê de Investimentos, em conformidade com o que está disposto na Política de Investimentos em vigência.

Os trabalhos de acompanhamento e controle são aqueles previstos no Decreto Municipal nº 608 de 27 de novembro de 2003, publicado no Jornal Oficial do Município nº 520, em 04 de dezembro de 2003.

IV. CENÁRIO MACROECONÔMICO

4.1 Economia internacional

Após muitos anos de recessão mundial, 2016 foi um ano muito movimentado no cenário econômico. De um lado o temor da saída do Reino Unido da Comunidade Europeia, o que deixou o mercado financeiro muito agitado no primeiro semestre. Apesar da grande movimentação os mercados acabaram se estabilizando sob o mesmo cenário econômico de 2015, ou seja, juros soberanos de países desenvolvidos com taxas negativas e dos países em desenvolvimento com juros elevados, sendo o Brasil uma das maiores taxas de juros soberanos do mundo.

Nos EUA há expectativa de crescimento do PIB entre 2% a 2,5% no ano de 2016. Com o aumento do PIB o Federal Reserv (Banco Central Americano) anunciou, em vários momentos, o aumento das taxas de juros. Com esses anúncios, a moeda americana teve grande volatilidade, principalmente para o mercado brasileiro, por conta da eleição de Donald Trump. O mercado não esperava por sua vitória, dando como já eleita a então candidata Hillary Clinton, o que acarretou grande tumulto no mercado mundial.

Na China o Banco Central (Banco Popular da China) projeta o crescimento do PIB Chinês para 7% em 2016. O crescimento do país está em menor ritmo desde 1989, visto que a economia chinesa ainda é muito dependente do comércio externo.

Em outras economias os governos têm intensificado o estímulo à economia, baixando os juros a fim de aumentar o consumo. Na contramão, alguns países aumentam a taxa de juros a fim de diminuir os incentivos e econômicos, e frear uma possível inflação de consumo. Uma das exceções é a economia brasileira, onde o aumento de juros é para conter a fuga de capital estrangeiro, além de servir como ferramenta para a contenção da inflação, causada em grande parte por aumentos de preços de produtos e serviços controlados pelo governo federal e a falta de infraestrutura interna para suportar o aumento do consumo e da população brasileira. Abaixo um resumo das taxas de juros nos principais mercados.

Nome da taxa de juros	país/região	taxa actual	direcção	taxa anterior	alteração
Juros Chilena Banco Central	Chile	3,500 %	↑	3,250 %	17-12-2015
Juros Sul coreana Bank of Korea	Coreia do Sul	1,250 %	↓	1,500 %	09-06-2016
Taxa de juros americana FED	Estados Unidos	0,500 %	↑	0,250 %	16-12-2015
Taxa de juros australiana RBA	Austrália	1,500 %	↓	1,750 %	02-08-2016
Taxa de juros brasileira BACEN	Brasil	14,000 %	↓	14,250 %	19-10-2016
Taxa de juros canadense BOC	Canadá	0,500 %	↓	0,750 %	15-07-2015
Taxa de juros Checa CNB	Chéquia	0,050 %	↓	0,250 %	01-11-2012
Taxa de juros chinesa PBC	China	4,350 %	↓	4,600 %	23-10-2015
Taxa de juros dinamarquesa Nationalbanken	Dinamarca	0,050 %	↓	0,200 %	19-01-2015
Taxa de juros europeia BCE	Europa	0,000 %	↓	0,050 %	10-03-2016
Taxa de juros Húngara MNB	Hungria	0,900 %	↓	1,050 %	24-05-2016
Taxa de juros indiana RBI	India	6,250 %	↓	6,500 %	04-10-2016
Taxa de juros Indonésia BI	Indonésia	6,500 %	↓	6,750 %	16-06-2016
Taxa de juros inglesa BoE	Grã-Bretanha	0,250 %	↓	0,500 %	04-08-2016
Taxa de juros Israelita BOI	Israel	0,100 %	↓	0,250 %	23-02-2015
Taxa de juros japonesa BoJ	Japão	0,000 %	↓	0,100 %	01-02-2016
Taxa de juros mexicano Banxico	México	5,250 %	↑	4,750 %	17-11-2016
Taxa de juros Neozelandesa RBNZ	Nova Zelândia	1,750 %	↓	2,000 %	10-11-2016
Taxa de juros Norueguesa Norges Bank	Noruega	0,500 %	↓	0,750 %	17-03-2016
Taxa de juros Polaca NBP	Polónia	1,500 %	↓	2,000 %	04-03-2015
Taxa de juros russa CBR	Rússia	10,000 %	↓	10,500 %	16-09-2016
Taxa de juros Saudita SAMA	Arábia Saudita	2,000 %	↓	2,500 %	19-01-2009
Taxa de juros sueca Riksbank	Suécia	-0,500 %	↓	-0,350 %	11-02-2016
Taxa de juros suíça SNB	Suíça	-0,750 %	↓	-0,500 %	15-01-2015
Taxa de juros sul-africana SARB	África do Sul	7,000 %	↑	6,750 %	17-03-2016
Taxa de juros turca CBRT	Turquia	8,000 %	↑	7,500 %	24-11-2016

Fonte: <http://pt.global-rates.com/taxa-de-juros/bancos-centrais/bancos-centrais.aspx>

Para 2017 vemos um cenário ainda incerto com relação aos rumos da economia mundial. O rumo que o novo presidente americano Donald Trump der à economia será fator

decisivo para as economias de vários países, dependentes diretamente dos investimentos e do consumo americano. Uma tendência muito forte de fechamento da economia americana e fortalecimento interno, com investimentos pesados em infraestrutura e uma política forte de protecionismo à indústria local e à moeda americana, pode causar um fluxo enorme de recursos mundiais em direção ao mercado americano. Com isso a moeda americana pode ganhar força e valor, em detrimento de outras moedas, além de causar o aumento da inflação e, conseqüentemente, aumento das taxas de juros em muitos países, mais dependentes de capital estrangeiro, como é o caso do Brasil.

A Comunidade Europeia entra em um clima de normalidade, porém de olho na política econômica dos EUA, após a saída do Reino Unido do bloco. Alguns países ainda continuam com taxas de juros negativos, com a finalidade de estimular a economia. As taxas de juros, em alguns países com alíquota negativa, podem subir um pouco em 2017, caso confirme o fluxo de capitais para o EUA.

4.2 Economia nacional

No Brasil, em 2016, além dos fatores econômicos mundiais, a crise política foi se desenvolvendo de forma cada vez mais rápida, intensa e danosa à economia, culminando no impeachment da presidente Dilma Russeff. A Operação “Lava-Jato” desencadeou uma crise de confiança no mercado brasileiro, gerando grande volatilidade. O dólar, antes do impeachment chegou a R\$ 4,20, logo após o impeachment caiu a R\$ 3,07. O Ibovespa saiu de 49.000 pontos e foi a 65.000 pontos. Após uma série de acordos de delação premiada, podendo atingir inclusive o alto escalão do governo brasileiro, o mercado inverteu sua tendência, voltando subir o dólar e cair o Ibovespa devido as incertezas políticas no mercado doméstico.

A previsão em 2015 para o PIB de 2016 era de 1,00%¹, porém o ano de 2016 deve fechar com queda no PIB da ordem de 3,48%². Uma queda expressiva que leva o Brasil a uma

¹ Fonte: Relatório FOCUS de 18 de dezembro de 2015.

² Fonte: Relatório FOCUS de 09 de dezembro de 2016.

crise sem precedentes. O mercado está em espera de uma definição e de maior confiança na política brasileira. Um ambiente mais calmo no âmbito político poderá dar condições para uma redução na taxa de juros, SELIC. Atualmente a taxa SELIC está em 13,75% a.a. devendo terminar 2016 sem alterações. O que o mercado espera para o início de 2017 é uma queda de 0,5% até 0,75% na taxa anual, o que daria uma indicação de queda nos juros e consequentemente aumento da atividade econômica.

O ano de 2017 trará grandes desafios para o governo brasileiro e, também, para a economia brasileira. A aprovação da PEC do teto dos gastos do setor público ainda em 2016 e a aprovação da reforma da previdência em 2017 será o gatilho para uma expansão maior da economia brasileira, que sofre com quedas significativas em 2016³: -3,48% para o PIB, -6,68% na produção industrial, -20 bilhões US\$ para o saldo da conta corrente do Banco Central, entre outras. Porém, mesmo com essas quedas outros indicadores mostram que os investidores já começaram a marcar suas posições, aguardando as reformas necessárias para a economia brasileira, tais como⁴: aumento de 11 bilhões de US\$ no investimento direto no país e de 10 bilhões US\$ no saldo da balança comercial. Isso contribui para o fluxo cambial positivo, mantendo o valor do dólar ainda em patamares menos elevado.

Outro fator importante é o aumento da dívida pública brasileira de onde a expectativa no início de 2016 era de fechar o ano em 40,20% e pode encerrar em 45,20%, aumento da dívida pública em 5% do PIB somente em 2016³, com projeção de chegar a 51% do PIB em 2017, com viés de alta.

Com a situação doméstica em um cenário muito ruim ainda esperamos uma queda gradativa da taxa SELIC. Com esta queda gradativa e com a inflação chegando ao centro da meta³, temos grandes oportunidades de investimentos em renda fixa e em títulos do tesouro de curto prazo pós-fixado e títulos de mais longo prazo pré-fixado. Manter uma exposição mais conservadora com os investimentos poderá nos levar a cumprir a meta atuarial, porém sem ganhos extraordinários. Mas, no decorrer do ano de 2017 podemos ter muita volatilidade, o que exige atenção e acompanhamento diário do mercado.

³ Fonte: Relatório FOCUS de 09 de dezembro de 2016.

⁴ Fonte: Comparação entre os Relatório FOCUS de 22/01/2016 e 09/12/2016.

Mediana - agregado	Expectativas de Mercado							
	2016				2017			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	6,84	6,69	6,52	▼ (5)	4,93	4,93	4,90	▼ (1)
IGP-DI (%)	7,06	6,76	6,76	≡ (1)	5,30	5,04	5,04	≡ (1)
IGP-M (%)	7,36	6,98	7,04	▲ (1)	5,33	5,22	5,06	▼ (1)
IPC-Fipe (%)	6,59	6,31	6,30	▼ (2)	5,06	5,12	5,39	▲ (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,22	3,35	3,39	▲ (1)	3,40	3,45	3,45	≡ (1)
Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$)	3,43	3,46	3,46	≡ (1)	3,32	3,41	3,41	≡ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,75	-	-		10,75	10,50	10,50	≡ (1)
Meta Taxa Selic - média do período (%a.a.)	14,16	-	-		11,63	11,69	11,63	▼ (1)
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	45,42	45,20	45,20	≡ (1)	50,10	50,70	51,00	▲ (1)
PIB (% do crescimento)	-3,37	-3,43	-3,48	▼ (1)	1,13	0,80	0,70	▼ (8)
Produção Industrial (% do crescimento)	-6,06	-6,50	-6,68	▼ (3)	1,11	1,05	0,75	▼ (2)
Conta Corrente* (US\$ Bilhões)	-18,80	-19,30	-20,00	▼ (2)	-26,00	-25,68	-26,00	▼ (1)
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	47,59	47,00	47,00	≡ (2)	45,00	44,57	45,00	▲ (2)
Invest. Direto no País* (US\$ Bilhões)	65,00	65,00	66,06	▲ (1)	70,00	70,00	70,00	≡ (4)
Preços Administrados (%)	6,00	6,00	6,00	≡ (1)	5,27	5,30	5,41	▲ (2)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

V. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Princípios

Os princípios norteadores da alocação de recursos têm como objetivo formar uma carteira que permita atingir uma relação risco/retorno/liquidez capaz de possibilitar ao Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Londrina cumprir de forma mais segura seu principal objetivo: pagar os benefícios aos quais têm direito seus segurados.

A possibilidade de prospecção de novas oportunidades de investimento, sobretudo em projetos que tenham forte impacto econômico e social, não pode prescindir da segurança, conferida por uma adequada estruturação de garantias, da liquidez ajustada à necessidade dos compromissos atuariais e da rentabilidade compatível com os riscos envolvidos em cada tipo de investimento, sob uma perspectiva de longo prazo. Dessa forma, listam-se abaixo os princípios que norteiam a decisão de alocação de recursos em investimentos:

1. Segurança. Ingressar em investimentos cuja estrutura conte com garantias suficientes para minimizar o risco de perda de capital;

2. Rentabilidade. Os membros do Comitê de Investimentos utilizam práticas e avaliações socialmente responsáveis e procuram introduzir para as decisões de investimentos parâmetros que levem em consideração o impacto no bem-estar de seus segurados e no desenvolvimento local e regional, mas sem deixar de lado a métrica para a determinação da máxima rentabilidade, a par do risco do investimento;

3. Ampliar a diversificação de investimentos no portfólio. Mesmo com a previsão da diminuição da taxa de juros básica no país, no longo prazo os patamares deverão ser realinhados para abaixo das necessidades de retorno dos planos, por isso o aumento na diversificação dos investimentos faz-se necessárias.

5.2 Ativos Autorizados

A tabela abaixo refere-se à proposta de alocação da entidade e em cada dos segmentos de aplicação, conforme definida na legislação:

- Segmento de Renda Fixa
- Segmento de Renda Variável

RENDA FIXA		
DESCRIÇÃO	Limite da Resolução 3922 CMN	Limite Máximo desta Política
Títulos Públicos Federais (SELIC)	30%	30%
FI e FIC 100% TPF	100%	100%
FI E FIC RF (Referenciado IMA e IDkA)	80%	50%
FI E FIC Referenciado RF	30%	30%
Poupança	20%	1%
FIDC em Condomínio Aberto	15%	5%
FIDC em Condomínio Fechado	5%	3%
FI RF Crédito Privado	5%	3%
RENDA VARIÁVEL		
FIA referenciado (Ibovespa, IBrX e IBrX-50)	30%	10%
ETF referenciado (Ibovespa, IBrX e IBrX 50)	20%	5%
FI Ações	15%	10%

FI Multimercado	5%	2%
FI em participações em Condomínio Fechado	5%	5%
FI imobiliário com cotas negociadas em bolsa	5%	5%

VI. METODOLOGIA DE GESTÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional, da análise do panorama político, da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas. As premissas poderão ser revisadas periodicamente, de acordo com as ocorrências de cada um dos cenários.

Como parâmetro para definição desta estratégia de investimento, a análise concentrou-se nos possíveis cenários econômicos, nas projeções para a taxa de inflação, taxa de juros, atividade econômica e demais fatores.

1.1 Diretrizes para gestão dos segmentos

As estratégias e carteiras dos segmentos de renda fixa serão definidas pelo(s) gestores(s) das instituições financeiras geridas por meio de aplicação em fundos. Ressalte-se que as informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos são obtidas de fontes públicas (base de dados públicos e de consultorias).

1.2 Modelo de gestão

Para o exercício financeiro de 2017, as aplicações dos recursos do RPPS serão realizadas pela CAAPSML em instituição financeira oficial (gestoras e administradoras) com registro no banco central e/ou Comissão de Valores Mobiliários, em conformidade com o que dispõe o § 3º, do Artigo nº 164 da Constituição Federal do Brasil, devidamente credenciada pela CAAPSML.



A CAAPSML somente fará aplicações em instituições que demonstrem ter segurança e em produtos que busquem a rentabilidade necessária, visando em primeiro lugar a proteção do patrimônio e a rentabilidade. No credenciamento destas instituições deverão conter regras que busquem garantir a solidez e a transparência dos fundos e da instituição financeira, tais como *rating* e Patrimônio Líquido mínimo, bem como deverão também constar as regras exigidas pela legislação vigente. Para aplicações em instituições privadas (exclui-se aqui o Banco do Brasil), fica limitado o percentual de 3% (três por cento) do patrimônio total.

Desta forma a CAAPSML opta por uma gestão com perfil conservador, não se expondo aos altos níveis de riscos, porém buscando a diversificação como estratégia de redução de riscos e também melhor rentabilidade, para garantir a sua meta atuarial e ao mesmo tempo o crescimento patrimonial. A expectativa de retorno dos diversos ativos, no segmento de renda fixa e variável, na média, é a satisfação da meta atuarial no exercício de 2017, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto prazo.

VII. PUBLICIDADE

Após discussão e aprovação pelo Conselho Administrativo, a Política de Investimentos deverá ser publicada no *site* da CAAPSML e no Jornal Oficial do Município de Londrina.

VIII. DISPOSIÇÕES FINAIS

Diante do exposto, e nos termos do que prevê a Lei Municipal nº 11.348/2011, bem como o Regimento Interno desta Autarquia, a Superintendência encaminha a presente proposta de Política de Investimentos, para apreciação e aprovação do Conselho Administrativo da CAAPSML.

Londrina, 26 de janeiro de 2017.



Karen Bettina Ikeda de Ortiz
PRESIDENTE

Ana Paula Pereira
MEMBRO

Daniela Dias Augusto
MEMBRO

Marcello A. Pessa Miranda Lima
MEMBRO

Gilberto Alves Lima
MEMBRO

Luiz Evaldo da Silva Ferreira
MEMBRO

Marcos José de Lima Urbaneja
SUPERINTENDENTE DA CAAPSML